



**MISERICÓRDIA
ÓBIDOS**

**RELATÓRIO DE
GESTÃO E CONTAS
2025**

SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE ÓBIDOS

Índice

1 - Mensagem da Mesa Administrativa	3
2 - Caracterização da Instituição.....	4
3 - Órgãos Sociais	5
4 - Enquadramento Social do Concelho de Óbidos e o Papel da Santa Casa	5
5 – Atividade Desenvolvida.....	6
6 – Análise da Atividade e da Posição Financeira	8
10 - Considerações Finais.....	13
Anexos.....	15

Handwritten signatures in blue ink at the top right of the page. The largest signature is 'José António Rodrigues'. Below it are several smaller, less legible signatures, including one that appears to be 'Ana Maria' and another that looks like 'Luis'.

1 - Mensagem da Mesa Administrativa

A Santa Casa da Misericórdia de Óbidos apresenta o Relatório de Gestão e as Contas da Mesa Administrativa referentes ao exercício de 2025, documento que sintetiza a atividade desenvolvida pela instituição ao longo do ano, bem como os resultados alcançados no cumprimento da sua missão de apoio social à comunidade.

Num contexto social caracterizado por desafios crescentes, nomeadamente o envelhecimento da população, a evolução das necessidades sociais e o aumento dos custos associados à prestação de serviços, a instituição procurou assegurar respostas sociais de qualidade nas áreas da infância e do apoio à população idosa, através das valências de Estrutura Residencial para Pessoas Idosas, Serviço de Apoio Domiciliário e Creche.

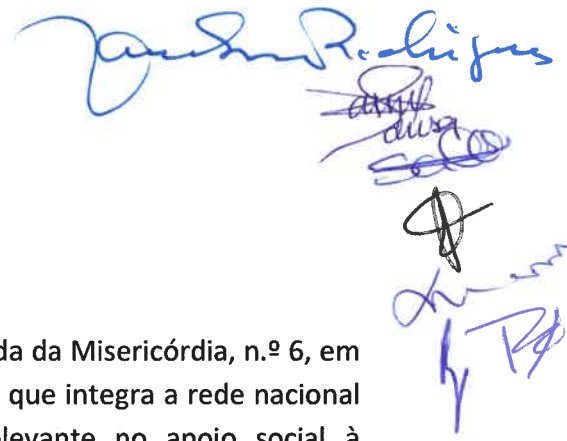
Durante o ano de 2025, a Santa Casa manteve o seu compromisso com a promoção do bem-estar e da dignidade das pessoas que recorrem aos seus serviços, garantindo um acompanhamento próximo, humanizado e tecnicamente qualificado. Este trabalho foi possível graças ao empenho e dedicação dos colaboradores da instituição.

A Mesa Administrativa expressa igualmente o seu reconhecimento aos utentes e às respetivas famílias pela confiança depositada na instituição, bem como às entidades públicas e privadas que colaboram com a Santa Casa.

Do ponto de vista da gestão, o exercício de 2025 foi conduzido com base em princípios de prudência financeira, responsabilidade institucional e rigor na utilização dos recursos disponíveis, procurando assegurar a sustentabilidade da instituição e a continuidade das respostas sociais prestadas à comunidade.

O presente Relatório de Gestão foi elaborado nos termos legais aplicáveis às instituições particulares de solidariedade social, bem como em conformidade com o disposto no artigo 66.º do Código das Sociedades Comerciais, refletindo de forma verdadeira e apropriada a evolução da atividade, o desempenho e a situação financeira da Santa Casa da Misericórdia de Óbidos.

Neste enquadramento, importa, antes de mais, proceder à caracterização da instituição, enquanto entidade responsável pela atividade desenvolvida ao longo do exercício.



2 - Caracterização da Instituição

A Santa Casa da Misericórdia de Óbidos, com sede na Calçada da Misericórdia, n.º 6, em Óbidos, é uma Instituição Particular de Solidariedade Social que integra a rede nacional das Misericórdias portuguesas, assumindo um papel relevante no apoio social à população do concelho.

A instituição tem como atividade principal o apoio social a crianças e idosos desfavorecidos, concretizado por meio das suas respostas sociais estruturantes: Estrutura Residencial para Pessoas Idosas (ERPI), Serviço de Apoio Domiciliário (SAD) e Creche. No âmbito destas respostas, a Santa Casa promove o bem-estar, a dignidade e a qualidade de vida dos seus utentes, assegurando um acompanhamento próximo, humanizado e tecnicamente qualificado.

Para além da atividade social, a instituição desenvolve também atividades complementares que contribuem para a sua sustentabilidade económica, nomeadamente a exploração de uma loja de artesanato localizada na Rua Direita da vila de Óbidos, bem como a obtenção de rendimentos provenientes de dois imóveis situados na vila e de uma propriedade rústica localizada na freguesia de Olho Marinho, no concelho de Óbidos.

A Santa Casa da Misericórdia de Óbidos tem ainda vindo a assumir um papel ativo na resposta a necessidades emergentes da comunidade, designadamente através da celebração de um protocolo com a ARS/Unidade Local de Saúde, com vista à contratação de médicos de saúde familiar, contribuindo para mitigar a escassez de profissionais de saúde nos centros de saúde do concelho.

Do ponto de vista institucional e financeiro, a Santa Casa dispõe de um fundo social de 45.955,08 €, desenvolvendo a sua atividade com base em princípios de responsabilidade social, rigor na gestão e sustentabilidade económica, procurando assegurar o equilíbrio entre a sua missão solidária e a continuidade das respostas sociais prestadas.

A atuação da instituição enquadra-se nas disposições legais aplicáveis às entidades do setor social, sendo o presente Relatório de Gestão elaborado de forma a refletir, com rigor e transparência, a evolução da atividade, o desempenho e a situação financeira da Santa Casa da Misericórdia de Óbidos, bem como os principais fatores de risco e incerteza associados à sua atividade.

A compreensão da atividade da instituição exige igualmente a identificação da sua estrutura de governação, nomeadamente dos órgãos sociais responsáveis pela orientação e acompanhamento da sua atividade.

João Santos Rodrigues
Ass. Casa SA
h
PK

3 - Órgãos Sociais

Nos termos estatutários, encontram-se em funções, para o quadriénio 2025–2028, os seguintes órgãos sociais da Santa Casa da Misericórdia de Óbidos:

Assembleia Geral

Presidente: Fernando Manuel Neves Correia

Vice-Presidente: Rui Miguel Cosme Vargas Henriques

Secretário: Humberto de Almeida dos Santos Lé

Mesa Administrativa

Provedor: Carlos Orlando de Castro e Sousa Rodrigues

Vice-Provedor: Daniel Duarte Moreira de Sousa

Secretária: Maria Salette Cruz Ferreira Santos Lé

Tesoureiro: José Rodrigues Machado

Vogais: Ricardo António dos Reis Gomes Capinha

Rui Filipe Carvalho Duque

Paulo Jorge Teodoro

Conselho Fiscal / Definitório

Presidente: José Alberto Mendes Duarte

Vice-Presidente: Custódio Luís Rebelo de Sousa

Vogal: Paulo Alexandre Pereira Duarte

4 - Enquadramento Social do Concelho de Óbidos e o Papel da Santa Casa

À semelhança do que se verifica em grande parte do território nacional, o concelho de Óbidos encontra-se num processo de envelhecimento demográfico, evidenciado pelo aumento do peso da população idosa e pela conseqüente diminuição relativa da população em idade ativa na estrutura etária.

Este fenómeno resulta do aumento da esperança média de vida, da diminuição das taxas de natalidade e de movimentos migratórios que conduzem frequentemente à saída de população jovem para centros urbanos com maior dinamismo económico.

O envelhecimento da população implica uma crescente procura de respostas sociais especializadas, nomeadamente estruturas residenciais para idosos, serviços de apoio domiciliário e outras respostas de proximidade que garantam condições de vida dignas e seguras.

João Rodrigues
Luís
Luís
Luís

A Santa Casa da Misericórdia de Óbidos assume, neste contexto, um papel particularmente relevante no apoio social à população do concelho, contribuindo para a promoção do bem-estar e da coesão social através das suas respostas sociais dirigidas à população idosa e à infância, no cumprimento da sua missão de apoiar as pessoas mais vulneráveis, promovendo a sua dignidade, qualidade de vida e integração na comunidade.

É neste contexto que se desenvolve a intervenção da Santa Casa da Misericórdia de Óbidos, cuja atividade ao longo do exercício de 2025 se descreve de seguida.

5 – Atividade Desenvolvida

A atividade da Santa Casa da Misericórdia de Óbidos desenvolveu-se, em 2025, essencialmente através das suas respostas sociais, que constituíram o núcleo da sua missão institucional de apoio à comunidade, nomeadamente à população idosa e à infância.

No âmbito da Estrutura Residencial para Pessoas Idosas, do Serviço de Apoio Domiciliário e da Creche, a instituição assegurou diariamente um conjunto alargado de serviços de natureza social, educativa e assistencial, garantindo o acompanhamento dos utentes com proximidade, qualidade e respeito pela dignidade de cada pessoa. Estas respostas permitiram dar continuidade ao apoio às necessidades da população do concelho, contribuindo para o bem-estar social e para a coesão da comunidade.

A par da sua atividade social, a Santa Casa desenvolveu também um conjunto de atividades complementares de natureza económica e cultural, que contribuíram para reforçar a sua sustentabilidade financeira e para valorizar o património local.

Neste contexto, assumiu particular relevância a Loja de Artesanato, localizada na Rua Direita da vila de Óbidos, uma das principais artérias do centro histórico. Este espaço constituiu um ponto de contacto privilegiado com os visitantes, permitindo a comercialização de produtos regionais e peças de artesanato, com especial destaque para os trabalhos produzidos no atelier da instituição, nomeadamente as tijoleiras de São Paulo pintadas manualmente.

A instituição explorou, ainda, um quiosque no centro histórico. Esta presença no espaço público permitiu reforçar a visibilidade institucional e constituiu uma fonte adicional de receita.

O Atelier de Artes e Ofícios Tradicionais assumiu, por sua vez, uma dimensão particularmente relevante na atividade da Santa Casa. Criado no âmbito de um projeto

Handwritten signatures in blue ink, including a large signature at the top and several smaller ones below it.

de formação apoiado pelo Fundo Social Europeu, este espaço afirmou-se como um centro de produção artesanal, onde se desenvolveu a pintura em tijoleiras de São Paulo, utilizando a técnica da corda seca. Ao longo do ano, o atelier produziu um conjunto diversificado de peças, incluindo painéis decorativos, retratos, brasões e trabalhos personalizados, muitos dos quais resultaram de encomendas de entidades públicas, empresas e particulares.

A exploração da loja, do quiosque e do atelier integrou uma estratégia de diversificação das fontes de financiamento da instituição, permitindo gerar receitas próprias que contribuiriam diretamente para apoiar o funcionamento das respostas sociais. Este contributo revelou-se particularmente relevante num contexto de aumento dos custos operacionais, ajudando a assegurar um maior equilíbrio entre a missão social da Santa Casa e a sua sustentabilidade económica.

Simultaneamente, estas atividades reforçaram a ligação da instituição à comunidade e ao património cultural da vila de Óbidos, valorizando as tradições artesanais e beneficiando da dinâmica turística do território.

Para além destas dimensões, a instituição desenvolveu igualmente, ao longo de 2025, um conjunto de ações de intervenção social de proximidade, em articulação com diversas entidades do setor social e da comunidade local. Neste âmbito, destacou-se a colaboração com o Banco Alimentar do Oeste, quer na distribuição direta de bens alimentares a famílias em situação de maior vulnerabilidade nas zonas do Carregal, Arelho, Trás-do-Outeiro e Bairro da Senhora da Luz, quer na participação nas campanhas periódicas de recolha de alimentos.

A instituição manteve também parcerias com as superfícies comerciais Continente Bom Dia e Pingo Doce de Óbidos, assegurando a recolha diária de excedentes alimentares, os quais foram integrados nas refeições servidas aos utentes das respostas sociais. Esta iniciativa contribuiu para a redução do desperdício alimentar e para a otimização dos recursos disponíveis.

No âmbito do Programa Pessoas 2030 – Privação Material, a Santa Casa assumiu funções de polo mediador na distribuição de bens alimentares às famílias do concelho, em articulação com o Centro Regional de Leiria, a Santa Casa da Misericórdia de Caldas da Rainha e o Serviço de Atendimento e Acompanhamento Social do Município de Óbidos.

Este apoio passou igualmente a integrar a utilização de cartões recarregáveis, permitindo às famílias uma maior autonomia na aquisição de bens alimentares, cabendo à instituição a respetiva supervisão.

Handwritten signatures and initials in blue ink, including a large signature at the top and several smaller ones below it.

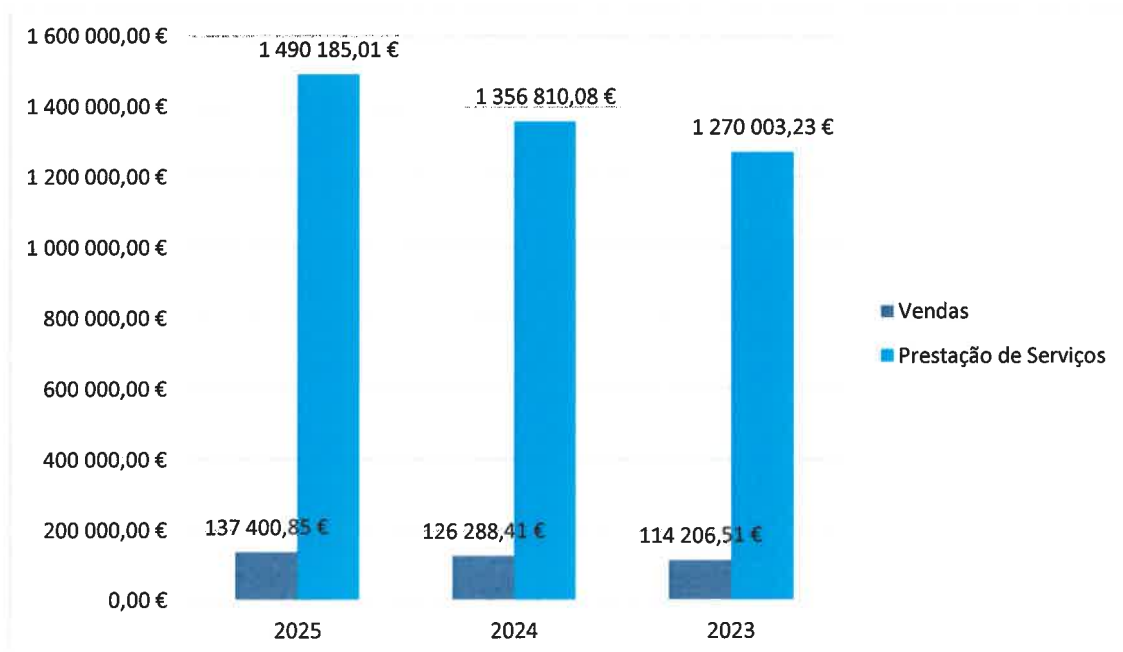
Foram ainda desenvolvidas ações pontuais de recolha e encaminhamento de vestuário para população em situação de necessidade, bem como atendimentos técnicos de apoio e encaminhamento social, prestados pelas equipas da instituição à comunidade em geral.

A Santa Casa manteve igualmente uma participação ativa na Rede Social de Óbidos, integrando o respetivo Núcleo Executivo e colaborando com o Município e demais entidades na análise de situações sociais, no desenvolvimento de iniciativas e na definição de respostas adequadas às necessidades identificadas no território.

Desta forma, a atividade da Santa Casa da Misericórdia de Óbidos assentou, em 2025, numa lógica integrada, em que a missão social foi apoiada por uma gestão responsável e por iniciativas que promoveram simultaneamente a sustentabilidade económica, a intervenção comunitária e a valorização do território.

6 – Análise da Atividade e da Posição Financeira

No período de 2023 os resultados espelham a evolução da atividade desenvolvida pela Santa Casa, onde o volume de negócios atingiu um valor de 1.627.585,86€:

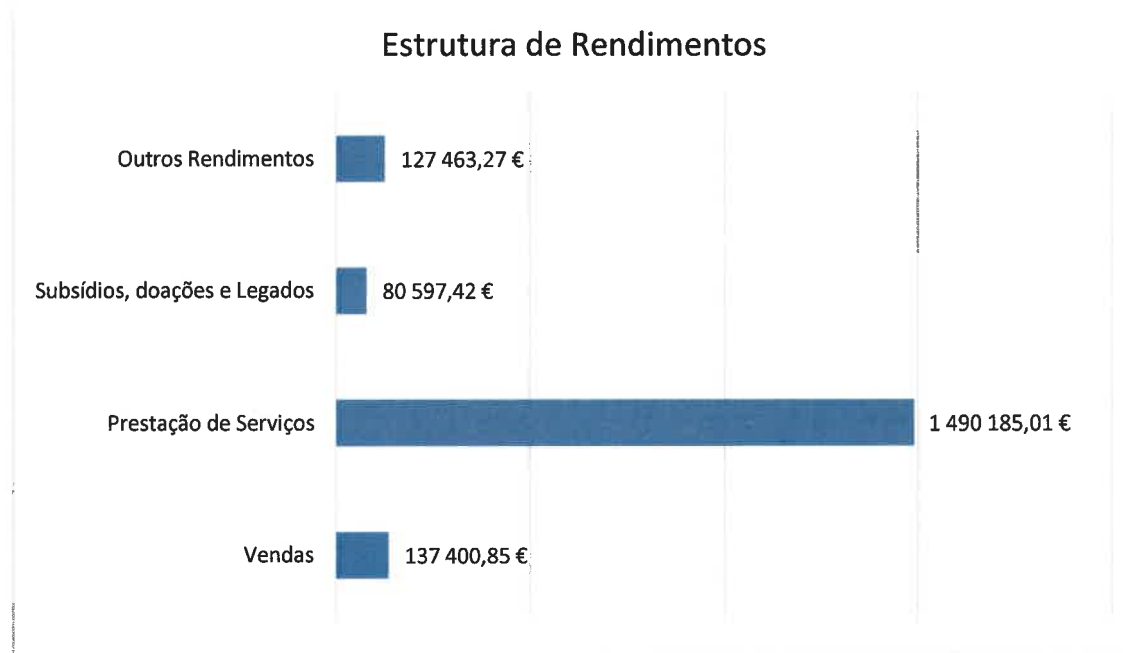


A estrutura de rendimentos assenta, essencialmente, na prestação de serviços diretos aos utentes, através das comparticipações dos utentes, bem como nos apoios ao funcionamento atribuídos pelo Instituto da Segurança Social, no âmbito dos acordos de cooperação celebrados com a instituição.

João Rodrigues
Luís
Costa
h

No exercício em análise, e em resultado da aplicação de normativo da Comissão de Normalização Contabilística, a comparticipação financeira do Instituto da Segurança Social passou a ser reconhecida na rubrica de serviços prestados. Acresce ainda o rendimento proveniente da atividade comercial associada à loja de venda de artesanato, propriedade da Santa Casa.

A rubrica de outros rendimentos inclui receitas de natureza complementar, designadamente rendas de imóveis, imputação de subsídios ao investimento e restituições de impostos.



João Rodrigues
Samuel
Alva
SOP
TRK

Relativamente aos gastos incorridos no exercício económico findo, apresenta-se de seguida a respetiva estrutura, bem como o peso relativo de cada uma das naturezas no total dos gastos da entidade:

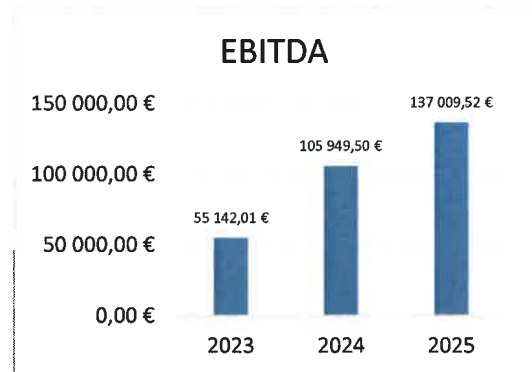


No que respeita ao pessoal, o quadro seguinte apresenta a evolução dos gastos com o pessoal, bem como o respetivo número de efetivos:

RUBRICAS	PERÍODOS		
	2025	2024	2023
Gastos com Pessoal	1 147 506,03€	1 062 094,44€	1 024 891,63€
Nº Médio de Pessoas	70	64	64
Gasto Médio por Pessoa	16 392,94€	16 595,23€	16 013,39€

João Paulo Rodrigues
Alves
SOB
h

Na sequência do exposto, e do ponto de vista económico, a entidade apresentou, comparativamente ao ano anterior, os seguintes valores de EBITDA e de resultado líquido:



De forma mais detalhada, a posição financeira da entidade pode ser analisada com base nos seguintes elementos do balanço:

RUBRICAS	2024		2025	
Ativo não corrente	1 418 078,58 €	70 %	1 439 928,52 €	70%
Ativo corrente	595 005,29 €	30 %	617 620,96 €	30%
Total ativo	2 013 083,87 €		2 057 549,48 €	

RUBRICAS	2024		2025	
Capital Próprio	1 664 281,40 €	83 %	1 675 803,26 €	82 %
Passivo não corrente	114 960,02 €	5 %	113 395,02 €	5 %
Passivo corrente	233 842,45 €	12 %	268 351,20 €	13 %
Total Capital Próprio e Passivo	2 013 083,87 €		2 057 549,48 €	

João Rodrigues
Paulo
Paulo
Paulo
Paulo
Paulo
Paulo

7 – Proposta de Aplicação de Resultados

A Santa Casa da Misericórdia de Óbidos apresentou, no exercício findo em 31 de dezembro de 2025, um resultado líquido de 34 849,35 €, cuja aplicação se propõe nos termos do quadro seguinte:

Aplicação dos Resultados	
Ano	2025
Resultados Transitados	34 849.35€

8 - Perspetivas Futuras

A evolução demográfica, social e económica coloca novos desafios às instituições do setor social em Portugal, exigindo uma adaptação contínua das respostas e dos modelos de organização. Num contexto marcado pelo envelhecimento da população e pelo aumento da procura de respostas sociais especializadas, as Misericórdias e demais Instituições Particulares de Solidariedade Social assumem um papel determinante na garantia de respostas sociais de proximidade.

Neste quadro, o futuro das instituições do setor social passa pela capacidade de conciliar a continuidade da sua missão solidária com modelos de gestão sustentáveis e adaptados às novas realidades sociais e económicas. O reforço das respostas dirigidas à população idosa, a valorização e qualificação dos recursos humanos, bem como a gestão rigorosa dos recursos disponíveis constituem fatores essenciais para garantir a qualidade e a sustentabilidade dos serviços prestados.

No caso da Santa Casa da Misericórdia de Óbidos, importa igualmente considerar o contexto particular em que a instituição se insere. A vila de Óbidos constitui um importante destino turístico da região Oeste, registando ao longo do ano fluxos significativos de visitantes, particularmente durante os eventos culturais e turísticos. Neste contexto, as atividades de natureza comercial desenvolvidas pela instituição, designadamente a loja, o quiosque e o atelier de artesanato, representam uma oportunidade relevante para reforçar as receitas próprias da Santa Casa, contribuindo para apoiar financeiramente a sua missão social.

A valorização destas atividades, associada à promoção do artesanato e da identidade cultural local, poderá constituir um instrumento complementar de sustentabilidade institucional, permitindo simultaneamente reforçar a ligação da Santa Casa à comunidade e ao território.

João Paulo Reis
[Handwritten signatures and initials]

Neste enquadramento, a Santa Casa da Misericórdia de Óbidos continuará a orientar a sua atuação pelos princípios de solidariedade, proximidade à comunidade, responsabilidade social e rigor na gestão, procurando consolidar o seu papel enquanto instituição de referência no apoio social no concelho de Óbidos.

9 - Outras Informações

A Santa Casa da Misericórdia de Óbidos não dispõe de quaisquer sucursais, quer em território nacional, quer no estrangeiro.

Após a data de relato não foram identificados acontecimentos subsequentes com impacto material na situação financeira e nos resultados da instituição, tal como refletidos nas demonstrações financeiras relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025.

Durante o exercício não foram realizadas transações entre a instituição e os membros da Mesa Administrativa, não tendo sido concedidos quaisquer empréstimos, adiantamentos ou outros benefícios de natureza similar.

A instituição não se encontra exposta a riscos financeiros relevantes que possam comprometer, de forma material, a sua posição financeira ou a continuidade das suas operações. A gestão desenvolvida pela Mesa Administrativa assentou em princípios de prudência e equilíbrio financeiro, considerando-se que as responsabilidades assumidas são compatíveis com a capacidade financeira da entidade.

À data de 31 de dezembro de 2025, a instituição não apresentava quaisquer dívidas em mora perante a Administração Fiscal (impostos) nem perante a Segurança Social (contribuições).

10 - Considerações Finais

A atividade desenvolvida ao longo do exercício de 2025 evidenciou a continuidade do trabalho da Santa Casa da Misericórdia de Óbidos na prossecução da sua missão social, num contexto exigente e em constante evolução. A instituição procurou assegurar o equilíbrio entre a qualidade das respostas sociais prestadas e a gestão responsável dos recursos disponíveis, garantindo a sustentabilidade da sua intervenção.

Os resultados alcançados refletem uma atuação assente em princípios de rigor, prudência e estabilidade, permitindo consolidar o posicionamento da instituição enquanto agente relevante de apoio social no concelho de Óbidos.

Apresentam-se, de seguida, as demonstrações financeiras relativas ao exercício de 2025, designadamente o Balanço, a Demonstração dos Resultados por Naturezas, a Demonstração das Alterações do Património Líquido, a Demonstração dos Fluxos de Caixa e o respetivo Anexo.

Óbidos, 23 de Março de 2026.

A Mesa Administrativa,



Carlos Orlando de Castro e Sousa Rodrigues, Provedor



Daniel Duarte Moreira de Sousa, Vice-Provedor



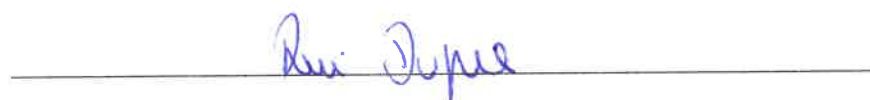
Maria Salete da Cruz Ferreira Santos Lé, Secretária



José Rodrigues Machado, Tesoureiro



Ricardo António dos Reis Gomes Capinha, Vogal



Rui Filipe Carvalho Duque, Vogal



Paulo Jorge Teodoro, Vogal

Juan Rodríguez

~~ausa~~
ausa

~~ausa~~

ausa
ausa

Anexos

SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE ÓBIDOS
BALANÇO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025

Contribuinte : 500848580
Moeda : (Valores em Euros)

RÚBRICAS	NOTAS	DATAS	
		31 DEZ 2025	31 DEZ 2024
ACTIVO			
Activo não corrente			
Ativos fixos tangíveis	4	1 285 302,83	1 263 452,89
Bens do património histórico e artístico e cultural	4	134 936,85	134 936,85
Ativos intangíveis	5	11 223,75	11 223,75
Investimentos financeiros	12,1	8 465,09	8 465,09
Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros		0,00	0,00
Outros Créditos e ativos não correntes		0,00	0,00
		1 439 928,52	1 418 078,58
Activo corrente			
Inventários	6	69 359,03	61 021,80
Créditos a receber	12,3	85 635,29	84 031,97
Deferimentos	12,4	5 555,77	7 288,27
Outros Activos correntes	12,3	4 333,50	4 333,60
Caixa e Depósitos Bancários	12,5	442 369,05	433 703,33
Fundadores/Benemeritos/Sócios/Quotização	12,2	10 368,32	4 626,32
		617 620,96	595 005,29
Total do ativo		2 057 549,48	2 013 083,87
FUNDOS PATRIMONIAIS E PASSIVO			
Fundos patrimoniais			
Fundos	12,6	45 955,08	45 955,08
Excedentes técnicos		0,00	0,00
Reservas	12,6	129 193,39	129 193,39
Resultados transitados	12,6	651 139,65	637 157,31
Excedentes de revalorização		0,00	0,00
Ajustamentos / Outras variações nos fundos patrimoniais	12,6	814 665,79	837 993,28
		1 640 953,91	1 650 299,06
Resultado líquido do período		34 849,35	13 982,34
Total dos fundos patrimoniais		1 675 803,26	1 664 281,40
Passivo			
Passivo não corrente			
Provisões	8	113 395,02	114 960,02
Provisões específicas		0,00	0,00
Financiamentos obtidos		0,00	0,00
Outras dívidas a pagar		0,00	0,00
		113 395,02	114 960,02
Passivo corrente			
Fornecedores	12,7	43 249,23	28 967,82
Rendimentos a reconhecer		0,00	0,00
Financiamentos Obtidos		0,00	0,00
Estado e outros emtes publicos	12,8	32 666,38	27 126,29
Outros Passivos Correntes	12,9	192 435,59	177 748,24
		268 351,20	233 842,45
Total do passivo		381 746,22	348 802,47
Total dos fundos patrimoniais e do passivo		2 057 549,48	2 013 083,87

A Mesa Administrativa

Handwritten signatures and text in blue ink:
 Daniel R. Luzes
 Daniel Duarte Pereira de Sousa
 José António de Sousa
 Rui Duarte
 Daniela Torres de Almeida

O Contabilista Certificado

Handwritten signature in blue ink:
 Maria José Ferreira

SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE ÓBIDOS
 DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS
 PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025

Contribuinte : 500848580

Moeda : EUROS

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	PERÍODOS	
		2 025	2 024
Vendas e serviços prestados	7	1 627 585,86	1 483 098,49
Subsídios, doações e legados à exploração	9	80 597,42	61 899,27
Variação nos inventários da produção		0,00	0,00
Trabalhos para a própria entidade		0,00	0,00
Custos das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	6	280 758,52	289 228,91
Fornecimentos e serviços externos	13	246 959,59	218 301,55
Gastos com o pessoal	11	1 147 506,03	1 062 094,44
Ajustamentos de inventários (perdas/reversões)		0,00	0,00
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)		0,00	-11,13
Provisões (aumentos/reduções)		0,00	0,00
Provisões específicas (aumentos/reduções)		0,00	0,00
Outras imparidades (perdas/reversões)		0,00	0,00
Aumentos/reduções de justo valor		0,00	0,00
Outros rendimentos	14	127 463,57	133 533,60
Outros gastos	15	30 131,94	12 521,37
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e		130 290,77	96 396,22
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	4	100 959,99	90 263,42
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e		29 330,78	6 132,80
Juros e rendimentos similares obtidos	16	6 718,75	10 208,33
Juros e gastos similares suportados	16	1 200,18	725,07
Resultados antes de impostos		34 849,35	15 616,06
Imposto sobre o rendimento	10	0,00	1 633,72
Resultado líquido do período		34 849,35	13 982,34

A Mesa Administrativa

O Contabilista Certificado

Daniel Duarte Pereira de Sousa
Presidente
João Pedro do Amaral
Recade Cas Casal
Rui Alves
Para o Conselho de Administração

Abel José Pereira

SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE ÓBIDOS
DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA
PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025

Moeda : (Valores em Euros)

RÚBRICAS	NOTAS	DATAS	
		2025	2024
<u>Fluxos de caixa das actividades operacionais - método directo</u>			
Recebimentos de Clientes e Utentes		821 358,37	821 595,07
Pagamentos de subsídios		0,00	0,00
Pagamentos de apoios		0,00	0,00
Pagamentos de bolsas		0,00	0,00
Pagamentos a fornecedores		-662 247,79	-486 418,05
Pagamentos ao pessoal		-776 641,14	-711 475,92
Caixa gerada pelas operações		-617 530,56	-376 298,90
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento		-44 254,40	-41 127,13
Outros recebimentos/pagamentos		666 486,26	422 609,24
Fluxos de caixa das atividades operacionais (1)		4 701,30	5 183,21
<u>Fluxos de caixa das actividades de investimento</u>			
Pagamentos respeitantes a:			
Ativos fixos tangíveis		0,00	14 385,34
Ativos intangíveis		0,00	0,00
Investimentos financeiros		0,00	0,00
Outros ativos		0,00	0,00
Recebimentos provenientes de:			
Ativos fixos tangíveis		0,00	0,00
Ativos intangíveis		0,00	0,00
Investimentos financeiros		0,00	0,00
Outros ativos		0,00	0,00
Subsídios ao investimento		0,00	17 500,00
Juros e rendimentos similares	16	6 718,75	10 208,37
Dividendos		0,00	0,00
Fluxos de caixa das atividades de investimento (2)		6 718,75	13 323,03
<u>Fluxos de caixa das actividades de financiamento</u>			
Recebimentos provenientes de:			
Financiamentos obtidos		0,00	0,00
Realização de fundos		0,00	0,00
Cobertura de prejuízos		0,00	0,00
Doações	9	3 833,49	3 219,20
Outras operações de financiamentos		0,00	0,00
Pagamentos respeitantes a:			
Financiamentos obtidos		0,00	0,00
Juros e gastos similares		1 079,16	639,70
Dividendos		0,00	0,00
Redução de fundos		0,00	0,00
Outras operações de financiamento		0,00	0,00
Fluxos de caixa das atividades de financiamento (3)		2 754,33	2 579,50
Variação de caixa e seus equivalentes (1+2+3)		8 665,72	21 085,74
Efeito das diferenças de câmbio		0,00	0,00
Caixa e seus equivalentes no início do período	12,5	433 703,33	412 617,59
Caixa e seus equivalentes no fim do período	12,5	442 369,05	433 703,33

A Mesa Administrativa

João Rodrigues
Daniel Duarte Pereira de Sousa
Rosa Catarina
que se encontra em
Recebe em G.L.
Luís Dupel
Paulo Tiago Fernandes

O Contabilista Certificado

Aracil José Fernandes

Demonstração das Alterações nos Fundos Patrimoniais do período de 2024
(montantes em euros)

DESCRIÇÃO	NOTAS	Fundos	Reservas	Resultados Transitados	Ajustamentos em ativos financeiros	Excedentes de revalorização	Outras variações no capital próprio	Resultado Líquido do Período	Total	Interesses minoritários	Total dos Fundos Patrimoniais
POSIÇÃO NO INÍCIO DO PERÍODO 2024 6	13,6	45955,08	129 193,39	604 030,07			869 226,93	-36 941,12	1 691 564,35		1 691 564,35
ALTERAÇÕES NO PERÍODO											
Outras alterações reconhecidas nos fundos patrimoniais				(46 872,76)			-31 233,65	-31 233,65	(31 233,65)		(31 233,65)
7 RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO 8	13,6	0		-46 872,76			-31 233,65	-31 233,65	(31 233,65)		(31 233,65)
RESULTADO EXTENSIVO 9=7+8								13 982,34	13 982,34		13 982,34
OPERAÇÕES COM INSTITUIDORES NO PERÍODO								(17 251,31)	(17 251,31)		(17 251,31)
Outras Operações											
10 POSIÇÃO NO FIM DO PERÍODO 2024 6+7+8+10	13,6	45 955,08	129 193,39	637 157,31			837 993,28	13 982,34	1 664 281,40		1 664 281,40

Demonstração das Alterações nos Fundos Patrimoniais do período de 2025
(montantes em euros)

DESCRIÇÃO	NOTAS	Fundos	Reservas	Resultados Transitados	Ajustamentos em ativos financeiros	Excedentes de revalorização	Outras variações no capital próprio	Resultado Líquido do Período	Total	Interesses minoritários	Total dos Fundos Patrimoniais
POSIÇÃO NO INÍCIO DO PERÍODO 2025 6		45955,08	129 193,39	637 157,31			837 993,28	13 982,34	1 664 281,40		1 664 281,40
ALTERAÇÕES NO PERÍODO											
Outras alterações reconhecidas nos fundos patrimoniais				13 982,34			(23 327,49)	-23 327,49	(23 327,49)		(23 327,49)
7 RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO 8		0		13 982,34			-23 327,49	-23 327,49	(23 327,49)		(23 327,49)
RESULTADO EXTENSIVO 9=7+8								34 849,35	34 849,35		34 849,35
OPERAÇÕES COM INSTITUIDORES NO PERÍODO								11 521,86	11 521,86		11 521,86
Outras Operações											
10 POSIÇÃO NO FIM DO PERÍODO 2025 6+7+8+10		45 955,08	129 193,39	651 139,65			814 665,79	34 849,35	1 675 803,26		1 675 803,26

A Mesa Administrativa

O Contabilista Certificado n.º 42682

Handwritten signatures:
 Daniel Duarte Pereira de Sousa
 N.º 1011/2016
 José António Pereira de Sousa

Handwritten signature:
 Afonso Pereira

Handwritten signatures:
 Teresa da Cruz
 Luís Lopes
 Paulo Jorge Teodoro

CONTAS	DESCRIÇÕES	ANO INÍCIO UTILIZAÇÃO INVEST. (2)	VALOR TOTAL POR ENTIDADE E EMPREEND. (3)	TAXA DE AMORTIZ. (4)	VALORES ANUAIS DAS REDUÇÕES E DAS AMORTIZAÇÕES							VALOR LIQ. ANO N-1 (9)	MOVIMENTOS NO ANO			SALDO VALOR LIQ. ANO N (14)
					1.º AO 3.º ANO (5)	4.º AO 5.º ANO (6)	6.º ANO (7)	7.º AO 8.º ANO (8)	9.º AO 10.º ANO (9)	10.º ANO (10)	11.º ANO (11)		12.º ANO (12)	13.º ANO (13)		
593	SUBSÍDIOS Creche/Levar/levar3 PARES - LAR DE DOSOS PARES - CRECHE SUB- MUNICÍPIO OBIDOS Fundo Rainha D. Leonor-Obras	2014	2.254,50	12,50%	1.216,16	36.317,86	36.317,86	18.251,88	0	0	0	0,00	0,00	0,00	0,00	
		2015	670,80	22,00%	38.824,35	4.924,35	110.480,63	4.924,35	110.480,63	13.163,77	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
		2016	163.447,36	2,00%	1.231,09	1.231,09	1.231,09	46.818,63	1.231,09	1.231,09	0,00	0,00	0,00	0,00	95.946,81	
		2010	62.823	12,50%	1.099,90	1.099,90	53.405,10	1.099,90	53.405,10	1.099,90	0,00	0,00	0,00	0,00	43.125,56	
		##	54.495,00	2,00%	2.919,39	2.919,39	2.919,39	2.919,39	2.919,39	2.919,39	0,00	0,00	0,00	0,00	50.135,40	
5906	Fundo Rainha D. Leonor- Restauro	##	23.353,00	12,50%	47.695,74	42.473,30	42.473,30	24.605,25	240.850,04	29.323,65	0,00	0,00	0,00	200.905,25		
43	INVESTIMENTO LAR DE DOSOS CRECHE	2002	1.037.653,02	2,50%	51.882,65	51.882,65	25.941,33	276.812,12	8.207,25	352.812,00	0,00	0,00	0,00	175.046,34		
		2010	410.362,53	2,00%	8.207,25	8.207,26	4.303,63	8.207,25	352.812,00	0,00	0,00	0,00	0,00	320.082,75		
		##	1.448.015,55	2,00%	163.885,20	111.972,56	53.866,26	341.458,58	629.724,12	0,00	0,00	0,00	0,00	493.129,09		
	TOTAL INVESTIM.															


SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE ÓBIDOS

ANEXO

23 de Março de 2026

Índice

1	Identificação da Entidade.....	3
2	Referencial Contabilístico de Preparação das Demonstrações Financeiras	3
3	Principais Políticas Contabilísticas.....	5
4	Ativos fixos tangíveis.....	14
5	Ativos intangíveis	16
6	Inventários	17
7	Rédito.....	17
8	Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes	18
9	Subsídios e outros apoios das entidade públicas.....	18
10	Imposto sobre o Rendimento	19
11	Benefícios dos empregados	19
12	Outras divulgações.....	20
12.1	Investimentos Financeiros	20
12.2	Fundadores/beneméritos/patrocionadores/doadores/associados/membros	20
12.3	Clientes e Utentes.....	20
12.4	Diferimentos	21
12.5	Caixa e Depósitos Bancários	21
12.6	Fundos Patrimoniais.....	22
12.7	Fornecedores	22
12.8	Estado e Outros Entes Públicos.....	22
12.9	Outras Contas a Pagar.....	23
12.10	Subsídios, doações e legados à exploração	23
13	Fornecimentos e serviços externos.....	23
14	Outros rendimentos e ganhos	24
15	Outros gastos e perdas	24
16	Resultados Financeiros.....	24
17	Divulgações exigidas por outros diplomas legais.....	24
18	Acontecimentos após data de Balanço.....	25



1 Identificação da Entidade

1.1 Designação da Entidade: Santa Casa da Misericórdia de Óbidos

N.º de Identificação de Pessoa Colectiva: 500 848 580

1.2 Lugar da Sede Social: Calçada da Misericórdia, n.º 6 – 2510-122 Óbidos

Endereço Electrónico: geral@misericordiaobidos.pt

Página da Internet: www.misericordiaobidos.pt

1.3 Natureza da Actividade: Actividades de Apoio Social com Alojamento, n.e

A SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE ÓBIDOS é uma Instituição sem fins lucrativos, constituída e com estatutos publicados no Diário da República n.º 18, Série II, com sede na Calçada da Misericórdia, n.º 6 em Óbidos. Tem como actividade o apoio social para que possa prosseguir os seguintes objectivos:

- Desenvolvimento de actividades de promoção e protecção de saúde, nomeadamente através da prestação de cuidados de medicina preventiva, curativa e de reabilitação, apoio a crianças através da manutenção da Creche; apoio à integração social e comunitária, protecção dos cidadãos na velhice e invalidez e em todas as situações de falta ou diminuição de meios de subsistência ou incapacidade para o trabalho e ainda a prestação de serviços domiciliários.
- Tem ainda uma Loja de Vendas de Artesanato, e os Rendimentos de Imóveis cujas receitas visam o apoio ao funcionamento das Respostas Sociais.
- Para além destas Respostas Sociais, a Santa Casa da Misericórdia de Óbidos celebrou também um Protocolo com a ARS/ULS que consiste na contratação de médicos para assegurar as consultas nos Centros de Saúde do Concelho de Óbidos e cujos valores pagos aos médicos contratados são posteriormente reembolsados à Santa Casa pela ULS sem que daí advenha qualquer lucro para a Instituição.

2 Referencial Contabilístico de Preparação das Demonstrações Financeiras

2.1 Indicação do referencial contabilístico

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com todas as normas que integram o Sistema de Normalização Contabilística (SNC), as quais contemplam as Bases para a Apresentação de Demonstrações Financeiras, os Modelos de Demonstrações Financeiras, o Código de Contas e as Normas Contabilísticas de Relato Financeiro (NCRF). Mais

Handwritten signatures and initials in blue ink, including a large signature at the top and several smaller ones below.

especificamente foram utilizados os modelos para as Entidades do Sector Não Lucrativo (ESNL).

Na preparação das demonstrações financeiras tomou-se como base os seguintes pressupostos:

- Pressuposto da continuidade

As demonstrações financeiras foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações e a partir dos livros e registos contabilísticos da entidade, os quais são mantidos de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal.

- Regime da periodização económica (acréscimos e diferimentos)

A Entidade reconhece os rendimentos e gastos à medida que são gerados, independentemente do momento do seu recebimento ou pagamento. As quantias de rendimentos atribuíveis ao período e ainda não recebidos ou liquidados são reconhecidas em “Devedores por acréscimos de rendimento”; por sua vez, as quantias de gastos atribuíveis ao período e ainda não pagos ou liquidados são reconhecidas “Credores por acréscimos de gastos”. Da mesma forma, as quantias liquidadas ou recebidas no período, mas que dizem respeito a períodos posteriores são reconhecidas na conta de “diferimentos”.

- Materialidade e agregação

As linhas de itens que não sejam materialmente relevantes são agregadas a outros itens das demonstrações financeiras. A Entidade não definiu qualquer critério de materialidade para efeito de apresentação das demonstrações financeiras.

- Compensação

Os ativos e os passivos, os rendimentos e os gastos foram relatados separadamente nos respetivos itens de balanço e da demonstração dos resultados, pelo que nenhum ativo foi compensado por qualquer passivo nem nenhum gasto por qualquer rendimento.

- Comparabilidade

As políticas contabilísticas e os critérios de mensuração adotados a 31 de dezembro de 2025 são comparáveis com os utilizados na preparação das demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2024.

2.2 - Indicação e justificação das disposições da normalização contabilística para as ESNL que, em casos excecionais, tenham sido derogadas e dos respetivos efeitos nas demonstrações financeiras, tendo em vista a necessidade de estas darem uma imagem verdadeira e apropriada do ativo, do passivo e dos resultados da entidade:

Não foram derogadas quaisquer disposições do SNC que tenham produzido efeitos materialmente relevantes e que pudessem pôr em causa a imagem verdadeira e apropriada a transmitir aos interessados pelas informações disponibilizadas

2.3 - Contas do balanço e da demonstração dos resultados cujos conteúdos não sejam comparáveis com os do período anterior

As demonstrações financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025 são globalmente comparáveis com as do exercício anterior.

3 Principais Políticas Contabilísticas

As principais políticas contabilísticas aplicadas pela Entidade na elaboração das Demonstrações Financeiras foram as seguintes:

3.1 Bases de Apresentação

As Demonstrações Financeiras foram preparadas de acordo com as Bases de Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF)

3.1.1 Regime do Acréscimo (periodização económica):

Os efeitos das transações e de outros acontecimentos são reconhecidos quando eles ocorram (satisfeitas as definições e os critérios de reconhecimento de acordo com a estrutura concetual, independentemente do momento do pagamento ou do recebimento) sendo registados contabilisticamente e relatados nas demonstrações financeiras dos períodos com os quais se relacionem. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos são registados respetivas contas das rubricas “Devedores e credores por acréscimos” e “Diferimentos”.

3.1.2 Materialidade e agregação

As linhas de itens que não sejam materialmente relevantes são agregadas a outros itens das demonstrações financeiras. A Entidade não definiu qualquer critério de materialidade para efeito das demonstrações financeiras.

3.1.3 Comparabilidade

A informação comparativa deve ser divulgada, nas Demonstrações Financeiras, com respeito ao período anterior. Respeitando ao Princípio da Continuidade da Entidade, as políticas contabilísticas devem ser levados a efeito de maneira consistente em toda a Entidade e ao longo do tempo e de maneira consistente. As políticas contabilísticas e os critérios de mensuração adoptados para 31 de Dezembro de 2025 são comparáveis com os utilizados na preparação das demonstrações financeiras do dia 31 de Dezembro de 2024.

3.1.4 Compensação

Os activos e passivos, os rendimentos e os gastos foram relatados separadamente nos respectivos itens de balanço e da demonstração de resultados, pelo que nenhum activo foi compensado por qualquer passivo nem nenhum gasto por qualquer rendimento, ambos vice-versa.

3.1.5 Eventos subsequentes

Os eventos após a data do balanço que proporcionem informação adicional sobre condições que existam nessa data são reflectidos nas demonstrações financeiras. Caso existam eventos materialmente relevantes após a data do balanço são divulgados no anexo às demonstrações financeiras.

3.2 Políticas de Reconhecimento e Mensuração

As bases de mensuração usadas na preparação das demonstrações financeiras, são como se segue:

Moeda de apresentação:

As demonstrações financeiras são apresentadas em euro, constituindo esta a moeda funcional e de apresentação.

Os ganhos ou perdas de natureza cambial daqui decorrentes são reconhecidos na demonstração de resultados no item "juros e rendimentos similares obtidos" se favoráveis ou "juros e gastos similares suportados" se desfavoráveis, quando relacionados com

financiamentos obtidos/concedidos ou em “outros rendimentos e ganhos” se favoráveis e “outros gastos ou perdas” se desfavoráveis, para todos os outros saldos ou transacções.

3.2.1 Ativos Fixos Tangíveis

Os “Ativos Fixos Tangíveis” encontram-se registados ao custo de aquisição ou de produção, deduzido das depreciações e das perdas por imparidade acumuladas. O custo de aquisição ou produção inicialmente registado, inclui o custo de compra, quaisquer custos diretamente atribuíveis às atividades necessárias para colocar os ativos na localização e condição necessárias para operarem da forma pretendida e, se aplicável, a estimativa inicial dos custos de desmantelamento e remoção dos ativos e de restauração dos respetivos locais de instalação ou operação dos mesmos que a Entidade espera vir a incorrer.

Os ativos que foram atribuídos à Entidade a título gratuito encontram-se mensurados ao seu justo valor, ao valor pelo qual estão segurados ou ao valor pelo qual figuravam na contabilidade.

As despesas subsequentes que a Entidade tenha com manutenção e reparação dos ativos são registadas como gastos no período em que são incorridas, desde que não sejam suscetíveis de gerar benefícios económicos futuros adicionais

As depreciações são calculadas, assim que os bens estão em condições de ser utilizado, pelo método da linha reta em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos períodos de vida útil estimada que se encontra na tabela abaixo:

Descrição	Vida útil estimada (anos)
Terrenos e recursos naturais	
Edifícios e outras construções	50
Equipamento básico	8
Equipamento de transporte	4
Equipamento biológico	
Equipamento administrativo	5
Outros Activos fixos tangíveis	6

A Entidade revê anualmente a vida útil de cada bem, assim como o seu respetivo valor residual quando este exista.

As mais ou menos valias provenientes da venda de ativos fixos tangíveis são determinadas pela diferença entre o valor de realização e a quantia escriturada na data de alienação, as sendo que se encontra espelhadas na Demonstração dos Resultados nas rubricas "Outros rendimentos" ou "Outros gastos".

3.2.2 Bens do património histórico e cultural

Os "Bens do património histórico e cultural" encontram-se valorizados pelo seu custo histórico. Os bens que foram atribuídos à Entidade a título gratuito encontram-se mensurados ao seu justo valor, ao valor pelo qual estão segurados ou ao valor pelo qual figuravam na contabilidade do dador.

O justo valor é aplicável aos bens, que inicialmente foram adquiridos a título oneroso, sejam contabilizados pela primeira vez e seja impossível estabelecer o seu custo histórico devido à perda desses dados. Esta mensuração também efetuada para os bens cujo valor de transação careça de relevância devido ao tempo transcorrido desde a sua aquisição ou devido às circunstâncias que a rodearam.

As aquisições gratuitas têm como contrapartida a conta "Variações nos fundos patrimoniais"

As obras realizadas nestes bens só são consideradas como ativos se e somente se gerarem aumento da produtividade, de capacidade ou eficiência do bem ou ainda um acréscimo da sua vida útil. Sempre que estes acréscimos não se verifiquem, estas manutenções e reparações são registadas como gastos do período.

Os bens que são incorporados nas instalações ou elementos com uma vida útil diferente do resto do bem. Estes têm um tratamento contabilístico diferente do bem o qual são incorporados, estando registado numa conta com denominação adequada dentro do ativo. São exemplo destas incorporações: sistema de ar condicionado, iluminação, elevadores, sistemas de segurança, sistemas de anti-incêndio.

As incorporações a estes bens são depreciáveis, sendo calculadas assim que os bens estão em condições de ser utilizado, pelo método da linha reta em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens. As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos períodos de vida útil estimada.

3.2.3 Activos Intangíveis

À semelhança dos activos fixos tangíveis, os activos intangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzindo das amortizações e das perdas por imparidade acumuladas. Observa-se que o disposto na respectiva NCRF, na medida em que só são reconhecidos se for provável que deles advenham benefícios económicos futuros, sejam controláveis e se possa medir razoavelmente o seu valor.

As amortizações dos activos intangíveis com vidas úteis definidas são calculadas, após o início da utilização, pelo método da linha recta em conformidade com o respectivo período de vida útil estimado, ou de acordo com os períodos de vigência que os estabelecem.

Os activos intangíveis sem vida útil definida são amortizados num período máximo de 10 anos.

As taxas de amortização utilizadas correspondem aos períodos de vida útil estimada:

-Programas de computador – 3 anos.

3.2.4 Investimentos financeiros

De acordo com este método, as participações financeiras são inicialmente registadas pelo seu custo de aquisição, sendo posteriormente mensuradas ao seu justo valor, no caso de as mesmas terem cotação oficial, podendo ser ainda ajustadas por perdas por imparidade, se houver razões para tal.

Os investimentos financeiros são constituídos na sua totalidade por fundos de compensação de trabalho que foram valorizados ao justo valor de acordo com a cotação das unidades de participação à data de 31 de Dezembro de 2025.

3.2.5 Inventários

Os “Inventários” estão registados ao menor de entre o custo de aquisição e o valor realizável líquido. O valor realizável líquido representa o preço de venda estimado deduzido de todos os custos estimados necessários para a concluir os inventários e proceder à sua venda. Sempre que o valor de custo é superior ao valor realizável líquido, a diferença é registada como uma perda por imparidade.

A Entidade adota como método de custeio dos inventários o FIFO para os Inventários das Respostas Sociais assim como nos inventários da Loja de Vendas. As Tijoleiras de S. Paulo que são produzidas no Atelier de Pintura desta Santa Casa, encontram-se valorizados de acordo com o artigo 26º do Código de IRC, ou seja, ao preço de venda é deduzida uma margem de 20%.

3.2.6 Utentes e outros valores a receber

As contas “Utentes” e “Outros valores a receber” estão reconhecidas pelo seu valor nominal diminuído de eventuais perdas por imparidade, registadas na conta de “perdas por imparidade acumuladas”, por forma a que as mesmas reflectam a sua quantia recuperável.

3.2.7 Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros

As quotas, donativos e outras ajudas similares procedentes de fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros que se encontram com saldo no final do período sempre que se tenham vencido e possam ser exigidas pela entidade estão registados no activo pela quantia realizável.

3.2.8 Caixa e Depósitos Bancários

A rubrica “Caixa e depósitos bancários” incluem caixa e depósitos bancários de curto prazo que possam ser imediatamente mobilizáveis sem risco significativo de flutuações de valor.

3.2.9 Fornecedores e outras contas a pagar

As contas a pagar a fornecedores e outros credores, que não vencem juros, são registadas pelo seu valor nominal, que é substancialmente equivalente ao seu justo valor.

3.2.10 Fundos Patrimoniais

A rubrica “Fundos” constitui o interesse residual nos ativos após dedução dos passivos.

Os “Fundos Patrimoniais” são compostos por:

- Fundos atribuídos pelos fundadores da Entidade ou terceiros;
- Fundos acumulados e outros excedentes;
- Subsídios, doações e legados que o governo ou outro instituidor ou a norma legal aplicável a cada entidade estabeleçam que sejam de incorporar no mesmo

3.2.11 Provisões

Periodicamente, a Entidade analisa os eventos passados em situação de risco e que venham a gerar obrigações futuras. Embora com a subjectividade inerente à determinação da probabilidade e montante de recursos necessários para o

cumprimento destas obrigações futuras, a Mesa Administrativa procura sustentar as suas expectativas de perdas num ambiente de prudência

3.2.12 Estado e Outros Entes Públicos

O imposto sobre o rendimento do período corresponde ao imposto a pagar. Este, inclui as tributações autónomas.

Nos termos do n.º 1 do art.º 10 do Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas (CIRC) estão isentos de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas (IRC):

- a) “As pessoas colectivas de utilidade pública administrativa;
- b) As instituições particulares de solidariedade social e Entidades anexas, bem como as pessoas colectivas àquelas legalmente equiparadas;
- c) As pessoas colectivas de mera utilidade pública que prossigam, exclusiva ou predominantemente, fins científicos ou culturais, de caridade, assistência, beneficência, solidariedade social ou defesa do meio ambiente.”

No entanto o n.º 3 do referido artigo menciona que: “A isenção prevista no n.º 1 não abrange os rendimentos empresariais derivados do exercício das actividades comerciais ou industriais desenvolvidas fora do âmbito dos fins estatutários, bem como os rendimentos de títulos ao portador, não registados nem depositados, nos termos da legislação em vigor, e é condicionada à observância continuada dos seguintes requisitos:

- a) Exercício efectivo, a título exclusivo ou predominante, de actividades dirigidas à prossecução dos fins que justificaram o respectivo reconhecimento da qualidade de utilidade pública ou dos fins que justificaram a isenção consoante se trate, respectivamente, de Entidades previstas nas alíneas a) e b) ou na alínea c) do n.º 1;
- b) Afetação aos fins referidos na alínea anterior de, pelo menos, 50% do rendimento global líquido que seria sujeito a tributação nos termos gerais, até ao fim do 4.º período de tributação posterior àquele em que tenha sido obtido, salvo em caso de justo impedimento no cumprimento do prazo de afectação, notificado ao Diretor -Geral dos impostos, acompanhado da respectiva fundamentação escrita, até ao último dia útil do 1.º mês subsequente ao termo do referido prazo;
- c) Inexistência de qualquer interesse directo ou indirecto dos membros dos órgãos estatutários, por si mesmos ou por interposta pessoa, nos resultados da exploração das actividades económicas por elas prosseguidas.”

Assim, os rendimentos previstos no n.º 3 do art.º 10 encontram-se sujeitos a IRC à taxa de 21,0% sobre a matéria colectável nos termos do n.º 5 do art.º 87. Acresce ao valor da colecta de IRC apurado, a tributação autónoma sobre os encargos e às taxas previstas no artigo 88º do CIRC.

As declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correcção, de acordo com a legislação em vigor, durante um período de quatro anos (dez anos para a Segurança Social, até 2000, inclusive, e cinco anos a partir de 2001), excepto quando estejam em curso inspecções, reclamações ou impugnações. Nestes casos, e dependendo das circunstâncias, os prazos são alargados ou suspensos.

3.2.13 Redito e regime do acréscimo

O rédito compreende o justo valor da contraprestação recebida ou a receber pela prestação de serviços decorrentes da actividade normal da Entidade. O Rédito é reconhecido líquido do Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA), abatimentos e descontos.

Os rendimentos dos serviços prestados são reconhecidos na data da prestação dos serviços ou, se periódicos, no fim do período a que dizem respeito.

Os juros recebidos são reconhecidos atendendo ao regime da periodização económica, tendo em conta o montante da dívida e a taxa efectiva durante o período até à maturação.

Os dividendos são reconhecidos na rubrica “outros ganhos” quando existe o direito de os reconhecer.

3.2.14 Subsídios

Os subsídios do governo são reconhecidos ao seu justo valor, quando existe uma garantia suficiente de que o subsídio venha a ser recebido e de que a Entidade cumpre com todos os requisitos para os receber.

Os subsídios atribuídos a fundo perdido para o financiamento de activos fixos tangíveis e intangíveis estão incluídos no item de “Outras variações nos capitais próprios”. São transferidos numa base sistemática para resultados à medida em que decorre o respectivo período de depreciação ou amortização.

Os subsídios à exploração destinam-se à cobertura de gastos, incorridos e registados no período, pelo que são reconhecidos em resultados à medida que os gastos são incorridos, independentemente do momento de recebimento do subsídio.

3.3 - Juízos de valor, excetuando os que envolvem estimativas, que o órgão de gestão fez no processo de aplicação das políticas contabilísticas e que tiveram maior impacto nas quantias reconhecidas nas demonstrações financeiras:

Na preparação das Demonstrações financeiras, a Mesa Administrativa baseou-se no melhor conhecimento e na experiência de eventos passados e/ou correntes, considerando determinados pressupostos relativos a eventos futuros.

3.4 - Principais pressupostos relativos ao futuro que tenham um risco significativo de provocar ajustamento material nas quantias escrituradas de ativos e passivos durante o período contabilístico:

Os acontecimentos após a data do balanço que proporcionem informação adicional sobre condições que existiam à data do balanço, ou seja acontecimentos após a data do balanço que dão origem a ajustamentos, são refletidos nas demonstrações financeiras. Os eventos após a data do balanço que proporcionem informação sobre condições que ocorram após a data do balanço, ou seja acontecimentos após a data do balanço que não dão origem a ajustamentos, são divulgados nas demonstrações financeiras, se forem considerados materialmente relevantes.

3.5 - Principais fontes de incerteza das estimativas que tenham um risco significativo de provocar ajustamento material nas quantias escrituradas de ativos e passivos durante o período contabilístico:

As estimativas e os pressupostos subjacentes foram determinados com base no melhor conhecimento existente à data de aprovação das demonstrações financeiras dos eventos e transações em curso, assim como na experiência de eventos passados e/ou correntes. Contudo, poderão ocorrer situações em períodos subsequentes que, não sendo previsíveis à data de aprovação das demonstrações financeiras, não foram consideradas nessas estimativas. As alterações às estimativas que ocorram posteriormente à data das demonstrações financeiras serão corrigidas de forma prospetiva. Por este motivo e dado o grau de incerteza associado, os resultados reais das transações em questão poderão diferir das correspondentes estimativas.



4 Ativos fixos tangíveis

Bens do património histórico, artístico e cultural

No período de 2024, ocorreram os seguintes movimentos nos “Bens do património, histórico, artístico e cultural”:

Descrição	2024					Saldo final
	Saldo inicial	Aquisições / Dotações	Abates	Transferências	Revalorizações	
Custo	0,00					0,00
Bens Imóveis	0,00					0,00
Arquivos	0,00					0,00
Bibliotecas	0,00					0,00
Museus	48 487,71					48 487,71
Bens móveis	84.174,94	2.274,20				86.449,14
Total	132.662,65	2.274,20	0,00	0,00	0,00	134.936,85

No período de 2025, ocorreram os seguintes movimentos nos “Bens do património, histórico, artístico e cultural”:

Descrição	2025					Saldo final
	Saldo inicial	Aquisições / Dotações	Abates	Transferências	Revalorizações	
Custo	0,00					0,00
Bens Imóveis	0,00					0,00
Arquivos	0,00					0,00
Bibliotecas	0,00					0,00
Museus	48 487,71					48 487,71
Bens móveis	86.449,14					86.449,14
Total	134 936,85	0,00	0,00	0,00	0,00	134.936,85

Outros Activos Fixos Tangíveis

A quantia escriturada bruta, as depreciações acumuladas, a reconciliação da quantia escriturada no início e no fim dos períodos de 2024 e de 2025.

Descrição	2024					Saldo final
	Saldo inicial	Aquisições / Dotações	Abates	Transferências	Revalorizações	
Custo						
Terrenos e recursos naturais	173 827,64					173 827,64
Edifícios e outras construções	2 803 458,00					2 803 458,00
Equipamento básico	430 269,13					453 735,42
Equipamento de transporte	102 549,15					102 549,15
Equipamento biológico						108 683,95
Equipamento administrativo	107.570,80					0,00
Outros Ativos fixos tangíveis	10 604,34					10 604,34
Total	3 628 279,06	0,00	0,00	0,00	0,00	3 652 858,50
Depreciações acumuladas						
Terrenos e recursos naturais	0,00					0,00
Edifícios e outras construções	1 556 647,07	83.164,13				1 639 811,20
Equipamento básico	525 932,28	4.157,60				530 089,88
Equipamento de transporte	92 406,37	198,34				92 604,71
Ferramentas e Utensílios	13 255,78	104,89				13 360,67
Equipamento administrativo	107 860,21	2.638,46				110 498,67
Outros Ativos fixos tangíveis	3 040,48					3 040,48
Total	2 299 142,19	90.263,42	0,00	0,00	0,00	2 389 405,61

Descrição	2025					Saldo final
	Saldo inicial	Aquisições / Dotações	Abates	Transferências	Revalorizações	
Custo						
Terrenos e recursos naturais	173 827,64					173 827,64
Edifícios e outras construções	2 803 458,00	58 734,31				2 862 192,31
Equipamento básico	453.735,42	27.419,66				481 155,08
Equipamento de transporte	102 549,15	36 565,00				139 114,15
Equipamento biológico						
Equipamento administrativo	108 683,95		736,18			107 947 77
Outros Ativos fixos tangíveis	10 604,34					10 604,34
Total	3 652 858,50	146 185,26	736,18	0,00	0,00	3 774 841,29
Depreciações acumuladas						
Terrenos e recursos naturais	0,00					0,00

Edifícios e outras construções	1 639 811,20	88 391.79				1 724 574.19
Equipamento básico	530 089,88	8 593.30				538 683.18
Equipamento de transporte	92 406,37	4 967.31				97 373.68
Ferramentas e Utensílios	13 360,67	104.89				13 465.56
Equipamento administrativo	110 498,67	1 902.70				112 401.37
Outros Ativos fixos tangíveis	3 040,48					3 040,48
Total	2 389 405,61	100 959.99	0,00	0,00	0,00	2 489 538.46

5 Ativos Intangíveis

Outros Ativos Intangíveis

A quantia escriturada bruta, as amortizações acumuladas, a reconciliação da quantia escriturada no início e no fim dos períodos de 2024 e de 2025, mostrando as adições, os abates e alienações, as amortizações e outras alterações, foram desenvolvidas de acordo com o seguinte quadro:

Descrição	Saldo inicial	Aquisições / Dotações	Abates	Transferências	Revalorizações	Saldo final
Custo						
Goodwill	0,00					0,00
Projetos de Desenvolvimento	0,00					0,00
Programas de Computador	778,00					778,00
Propriedade Industrial	0,00					0,00
Outros Ativos intangíveis	0,00					11 223,75
Total	778,00	0,00	0,00	0,00	0,00	12 001,75
Depreciações acumuladas						
Goodwill	0,00					0,00
Projetos de Desenvolvimento	0,00					0,00
Programas de Computador	0,00					0,00
Propriedade Industrial	0,00					0,00
Outros Ativos intangíveis	0,00					0,00
Total	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Descrição	2024			Saldo final
	Saldo inicial	Aumentos	Reduções	
Perdas por Imparidade Acumuladas				
Goodwill	0,00			0,00
Projetos de Desenvolvimento	0,00			0,00
Programas de Computador	778,00			778,00
Propriedade Industrial	0,00			0,00
Outros Ativos intangíveis	11.223,75			11.223,75
Total	12.001,75	0,00	0,00	12.001,75

Descrição	2025			Saldo final
	Saldo inicial	Aumentos	Reduções	
Perdas por Imparidade Acumuladas				
Goodwill	0,00			0,00

Projetos de Desenvolvimento	0,00			0,00
Programas de Computador	778,00			778,00
Propriedade Industrial	0,00			0,00
Outros Ativos intangíveis	11.223,75			11.223,75
Total	12.001,75	0,00	0,00	12.001,75

João Rodrigues
Luís
SS
P
João
FP

6 Inventários

Em 31 de Dezembro de 2025 e de 2024 a rubrica “Inventários” apresentava os seguintes valores:

	Ano 2025			Ano 2024		
	Mercadorias	Mat. Primas	Total período	Mercadorias	Mat. Primas	Total período
Inventários Iniciais	51 348,77	9 673,03	61 021,80	26 384,50	7 580,45	33 964,95
Compras	0	318 253,40	318 253,40		320 113,71	320 113,71
Reclassificação (+/-)	0	29 157,65	29 157,65	0	3 827,95	3 827,95
Inventários Finais	36 953,62	32 405,41	69 359,03	51 348,77	9 673,03	61 021,80
CMVMC			280 758,52			289 228,91

7 Rédito

Para os períodos de 2024 e 2025 foram reconhecidos os seguintes Réditos:

Descrição	2024	2025
Vendas	126 288,41	137 400,85
Quotas de utilizadores	765.341,96	797 490,56
Comparticipação Segurança Social	717.756,53	830 095,30
Promoções para captação de recursos	0,00	
Rendimentos de patrocinadores e colaborações	0,00	
Juros	0,00	
Royalties	0,00	
Dividendos	0,00	
Total	1 483.098,49	1 627 585,86

8 Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes

Provisões

Nos períodos de 2024 e 2025, ocorreram as seguintes variações relativas a provisões:

Descrição	2025	Aumentos	Diminuições	2024
Impostos	0,00	0,00	0,00	0,00
Garantias a clientes	0,00	0,00	0,00	0,00
Processos judiciais em curso	0,00	0,00	0,00	0,00
Acidentes de trabalho e doenças profissionais	0,00	0,00	0,00	0,00
Matérias ambientais	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratos onerosos	0,00	0,00	0,00	0,00
Reestruturação	0,00	0,00	0,00	0,00
Provisões específicas do setor	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras provisões	113 395,02	0,00	1.565,00	114 960,02
Total	113 395,02	0,00	1.565,00	114 960,02

No ano de 2020 a Santa Casa recebeu uma doação de um artigo urbano e dois artigos rústicos na freguesia de Usseira. Esta doação é feita com encargos, ou seja, a donatária é uma pessoa doente e a Misericórdia deve proporcionar-lhe, enquanto a doadora for viva, todos os cuidados assistenciais que ela carece, ao nível do alojamento, alimentação, cuidados médicos e hospitalares e roupa, na parte que exceda a percentagem legal dos seus rendimentos para fazer face aos custos de tais cuidados. Foi calculada a provisão com base nos dispêndios futuros que se espera que sejam necessários para liquidar a obrigação, para isso foi tido em conta a esperança de vida e apurado gasto anual. Este ano a Santa Casa proporcionou à doadora nos meses de Janeiro a Dezembro apoio domiciliário em alimentação.

9 Subsídios e outros apoios das entidades públicas

A 31 de Dezembro de 2025 e 2024, a Entidade tinha os seguintes saldos nas rubricas de "Subsídios do Governo" e "Apoios do Governo":

Subsídios à exploração:

Descrição	2024	2025
Subsídios de Entidades Públicas		
	1.369,80	50 302,99
	47.890,02	
Doações e Heranças	12.639,45	30 294,43
Total	61.899,27	80 597,42

Subsídios ao investimento:

	Do Estado - Valor Balço (31.12.2024)	Do Estado - Valor imputado exercício (DR)	Do Estado - Valor Balço (31.12.2025)
Ativos Fixos Tangíveis	224 232,74	23 327,49	200 905,25
Ativos Intangíveis	0,00	0,00	0,00
	224 232,74	23 327,49	200 905,25

[Handwritten signatures and initials in blue ink]

10 Imposto sobre o Rendimento

Não é esperado a pagar imposto referente ao ano de 2025.

Descrição	2024	2025
IRC	1.633,72	
Tributação Autónoma		
Total	1.633,72	0,00

11 Benefícios dos empregados

Os gastos que a Entidade incorreu com os funcionários foram os seguintes:

Descrição	2024	2025
Remunerações aos Orgãos Sociais	0,00	0,00
Remunerações ao pessoal	854 070,86	927.214,04
Benefícios Pós-Emprego	0,00	
Indemnizações	1 017,20	849,55
Encargos sobre as Remunerações	187 933,51	202.310,08
Seguros de Acidentes no Trabalho e Doenças Profissionais	17 002,82	13 044,35
Gastos de Ação Social	0,00	
Outros Gastos com o Pessoal	2 070,05	4 088,01
Total	1 062 094,44	1 147 506,03



12 Outras divulgações

De forma a uma melhor compreensão das restantes demonstrações financeiras, são divulgadas as seguintes informações.

12.1 Investimentos Financeiros

Nos períodos de 2025 e 2024, a Entidade detinha os seguintes “Investimentos Financeiros”:

Descrição	2025	2024
Investimentos em subsidiárias	0,00	0,00
Método de Equivalência Patrimonial	0,00	0,00
Outros Métodos	0,00	0,00
Investimentos em associadas	0,00	0,00
Método de Equivalência Patrimonial	0,00	0,00
Outros Métodos	0,00	0,00
Investimentos em entidades conjuntamente controladas	0,00	0,00
Método de Equivalência Patrimonial	0,00	0,00
Outros Métodos	0,00	0,00
Investimentos noutras empresas	0,00	0,00
Outros investimentos financeiros	8 465,09	8 465,09
Perdas por Imparidade Acumuladas	0,00	0,00
Total	8 465,09	8 465,09

Os Outros investimentos financeiros respeitam ao Fundo Compensação Trabalho.

12.2 Fundadores/beneméritos/patrocionadores/doadores/associados/membros

A 31 de Dezembro de 2025 e 2024, apresentava os seguintes saldos:

Descrição	2025	2024
Activo		
Fundadores/associados/membros - em curso	0,00	0,00
Doadores - em curso	0,00	0,00
Patrocionadores	0,00	0,00
Quotas	10 368,32	4 626,32
Financiamentos concedidos - Fundador/doador	0,00	0,00
Outras operações	0,00	0,00
Perdas por imparidade	0,00	0,00
Total	10 368,32	4 626,32
Passivo		
Fundadores/associados/membros - em curso	0,00	0,00
Financiamentos obtidos - Fundador/doador	0,00	0,00
Resultados disponíveis	0,00	0,00
Outras operações	0,00	0,00
Total	0,00	0,00

12.3 Clientes e Utentes

Para os períodos de 2025 e 2024 a rubrica “Clientes” encontra-se desagregada da seguinte for:

SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE ÓBIDOS
Estrada de Santiago, s/n
Bairro Sra. da Luz
NIF:500848580 - Publicação em Diário da República

20

Descrição	2025	2024
Cientes e Utentes c/c		
Cientes	4 139,50	4 505,23
Utentes	46 483,11	44 514,06
Cientes e Utentes títulos a receber		
Cientes	0,00	0,00
Utentes	0,00	0,00
Cientes e Utentes factoring		
Cientes		
Utentes		
Cientes e Utentes cobrança duvidosa		
Cientes		
Utentes	87 129,89	87 129,89
Total	137 752,50	136.149,18

gg
aud
causa
sed
PC

Nos períodos de 2025 e 2024 foram registadas as seguintes “Perdas por Imparidade”:

Descrição	2025	2024
Cientes		
Utentes	-52 117,21	-52 117,21
Total	-52 117,21	-52 117,21

Nos períodos de 2025 e 2024 foram registadas as seguintes “Perdas e Reversões por Imparidade”:

Descrição	2024	2025
Imparidade		
Reversões	11,13	
Total	11,13	0,00

12.4 Diferimentos

Em 31 de dezembro de 2024 e 2025, a rubrica “Diferimentos” englobava os seguintes saldos:

Descrição	2024	2025
Obras do Telhado Edifício Sede		
	4.086,80	2 043,40
Outras Despesas c/Custo Diferido	3.201,47	3 512,37
Total	7.288,27	5 555,77

12.5 Caixa e Depósitos Bancários

A rubrica de “Caixa e Depósitos Bancários”, a 31 de Dezembro de 2025 e 2024, encontrava-se com os seguintes saldo:

Descrição	2025	2024
Caixa	982,58	111,76
Depósitos à ordem	91 386,47	83.591,57

Depósitos a prazo	350 000,00	350.000,00
Outros		
Total	442 369,05	433 703,33

Handwritten notes and signatures:
 J. Rodrigues
 J. Rodrigues
 J. Rodrigues
 J. Rodrigues
 J. Rodrigues

12.6 Fundos Patrimoniais

Nos “Fundos Patrimoniais” ocorreram as seguintes variações:

Descrição	Saldo Inicial	Aumentos	Diminuições	Saldo Final
Fundos	45 955,08	0,00	0,00	45 955,08
Excedentes técnicos	0,00	0,00	0,00	0,00
Reservas	129 193,39	0,00	0,00	129 193,39
Resultados transitados	637 157,31	13 982,34	0,00	651 139,65
Excedentes de revalorização	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras variações nos fundos patrimoniais	837 993,28	0,00	-23 327,49	814 665,79
Total	1 650 299,06	13 982,34	-23 327,49	1 640 953,91

12.7 Fornecedores

O saldo da rubrica de “Fornecedores” é discriminado da seguinte forma:

Descrição	2025	2024
Fornecedores c/c	43 249,23	28 967,82
Fornecedores títulos a pagar	0,00	0,00
Fornecedores facturas em recepção e conferência	0,00	0,00
Total	43 249,23	28 967,82

12.8 Estado e Outros Entes Públicos

A rubrica de “Estado e outros Entes Públicos” está dividida da seguinte forma:

Descrição	2025	2024
Activo		
Imposto sobre o Rendimentos das Pessoas Colectivas (IRC)	0,00	0,00
Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA)	0,00	0,00
Outros Impostos e Taxas	0,00	0,00
Total	0,00	0,00
Passivo		
Imposto sobre o Rendimentos das Pessoas Colectivas (IRC)	1 633,72	1 633,72
Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA)	5 216,13	4 132,53
Imposto sobre o Rendimentos das Pessoas Singulares (IRS)	3 407,86	2 718,43
Segurança Social	22 408,67	18 641,61
Outros Impostos e Taxas	0,00	0,00
Total	32 666,38	27 126,29

12.9 Outros passivos correntes

A rubrica "Outras contas a pagar" desdobra-se da seguinte forma:

Descrição	2025		2024	
	Não Corrente	Corrente	Não Corrente	Corrente
Pessoal				
Remunerações a pagar		174 935,59		160 248,24
Cauções	0,00		0,00	
Outras operações				
Perdas por imparidade acumuladas		0,00		0,00
Fornecedores de Investimentos		17 500,00		17 500,00
Credores por acréscimo de gastos		0,00		0,00
Outros credores		683,99		0,00
Total	0,00	192 435,59	0,00	177 748,24

Handwritten notes and signatures:
J. P. Rodrigues
S. P.
S. P.
S. P.
S. P.

12.10 Subsídios, doações e legados à exploração

A Entidade reconheceu, nos períodos de 2025 e 2024, os seguintes subsídio, doações, heranças e legados:

Descrição	2025	2024
Subsídios do Estado e outros entes públicos	0,00	1 369,80
Subsídios de outras entidades	50 302,99	47 890,02
Doações e heranças	30 294,43	12 639,45
Legados	0,00	0,00
Total	80 597,42	61 899,27

Os "Subsídios e Apoios do Governo" estão divulgados de forma mais exaustiva na Nota 7.

13 Fornecimentos e serviços externos

A repartição dos "Fornecimentos e serviços externos" nos períodos findos em 31 de Dezembro de 2025 e de 2024, foi a seguinte:

Descrição	2025	2024
Subcontratos	0,00	0,00
Serviços especializados	112 473,59	102 597,72
Materiais	16 823,11	8 797,81
Energia e fluidos	89 199,70	77 486,17
Deslocações, estadas e transportes	2 464,14	1 699,69
Serviços diversos	25 999,05	27 720,16
Total	246 959,59	218 301,55

g.
ampl
aula
2026
RA

14 Outros rendimentos e ganhos

A rubrica de "Outros rendimentos e ganhos" encontra-se dividida da seguinte forma:

Descrição	2025	2024
Rendimentos Suplementares	47 987,27	57 079,07
Descontos de pronto pagamento obtidos	0,00	0,00
Recuperação de dívidas a receber	0,00	0,00
Ganhos em inventários	0,00	2 453,00
Rendimentos e ganhos em subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos	0,00	0,00
Rendimentos e ganhos nos restantes activos financeiros	0,00	0,00
Rendimentos e ganhos em investimentos não financeiros	45 850,00	36 450,00
Outros rendimentos e ganhos	33 626,30	37 543,53
Total	127 463,57	133 533,60

15 Outros gastos e perdas

A rubrica de "Outros gastos e perdas" encontra-se dividida da seguinte forma:

Descrição	2025	2024
Impostos	449,38	3 431,52
Descontos de pronto pagamento concedidos	0,00	0,00
Dívidas incobráveis	0,00	0,00
Perdas em inventários	0,00	0,00
Correcções relativas a períodos anteriores	29 469,91	0,00
Gastos e perdas nos restantes activos financeiros	0,00	0,00
Gastos e perdas investimentos não financeiros	0,00	0,00
Outros Gastos e Perdas	212,65	9 089,85
Total	30 131,94	12 521,37

16 Resultados Financeiros

Nos períodos de 2025 e 2024 foram reconhecidos os seguintes gastos e rendimentos relacionados com juros e similares:

Descrição	2025	2024
Juros e gastos similares suportados		
Juros suportados	0,00	0,00
Diferenças de câmbio desfavoráveis	0,00	0,00
Outros gastos e perdas de financiamento	1 200,18	69,97
Total	1 200,18	69,97
Juros e rendimentos similares obtidos		
Juros obtidos	6 718,75	0,00
Dividendos obtidos	0,00	0,00
Outros Rendimentos similares	0,00	0,00
Total	6 718,75	0,00
Resultados Financeiros	5 518,57	69,97

17. Divulgações exigidas por outros diplomas legais

A Santa Casa da Misericórdia de Óbidos, não apresenta dívidas ao Estado em situações de mora, nos termos do Decreto-Lei n.º 534/80 de 7 de Novembro

Dando cumprimento ao estabelecido no Decreto-Lei 411/91 de 17 de Outubro, informa-se que a situação da Instituição perante a Segurança Social se encontra regularizada, dentro dos prazos legalmente estipulados.

Partes Relacionadas

Durante o exercício findo em 31 de Dezembro de 2025, não foram identificadas transações nem saldos pendentes com partes relacionadas que devessem ser objeto de divulgação, nos termos das normas contabilísticas em vigor.

18 Acontecimentos após data de Balanço

Não são conhecidos à data quaisquer eventos subsequentes, com impacto significativo nas Demonstrações Financeiras de 31 de Dezembro de 2025.

Após o encerramento do período, e até à elaboração do presente anexo, não se registaram outros factos suscetíveis de modificar a situação relevada nas contas, no entanto, o contexto actual da situação nacional, internacional bem como da nossa Instituição em particular, implicam que no ano de 2026 se continue a aplicar a política de contenção de custos de funcionamento, sem nunca por em causa a qualidade dos serviços prestados aos nossos Utentes, Famílias, bem como a todos os Colaboradores desta Santa Casa da Misericórdia.

Óbidos, 23 de Março de 2026

O Contabilista Certificado

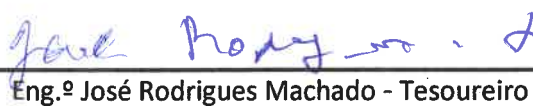
Maria José Santos Ferreira (OCC n.º 42682)

A Mesa Administrativa


Dr. Carlos Orlando de Castro e Sousa Rodrigues - Provedor

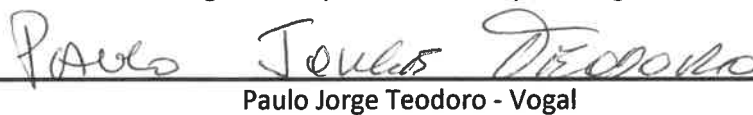

Dr. Daniel Duarte Moreira de Sousa – Vice-Provedor


Maria Salette da Cruz Ferreira dos Santos Lé - Secretária


Eng.º José Rodrigues Machado - Tesoureiro


Dr. Ricardo António dos Reis Gomes Capinha - Vogal


Eng.º Rui Filipe Carvalho Duque – Vogal


Paulo Jorge Teodoro - Vogal